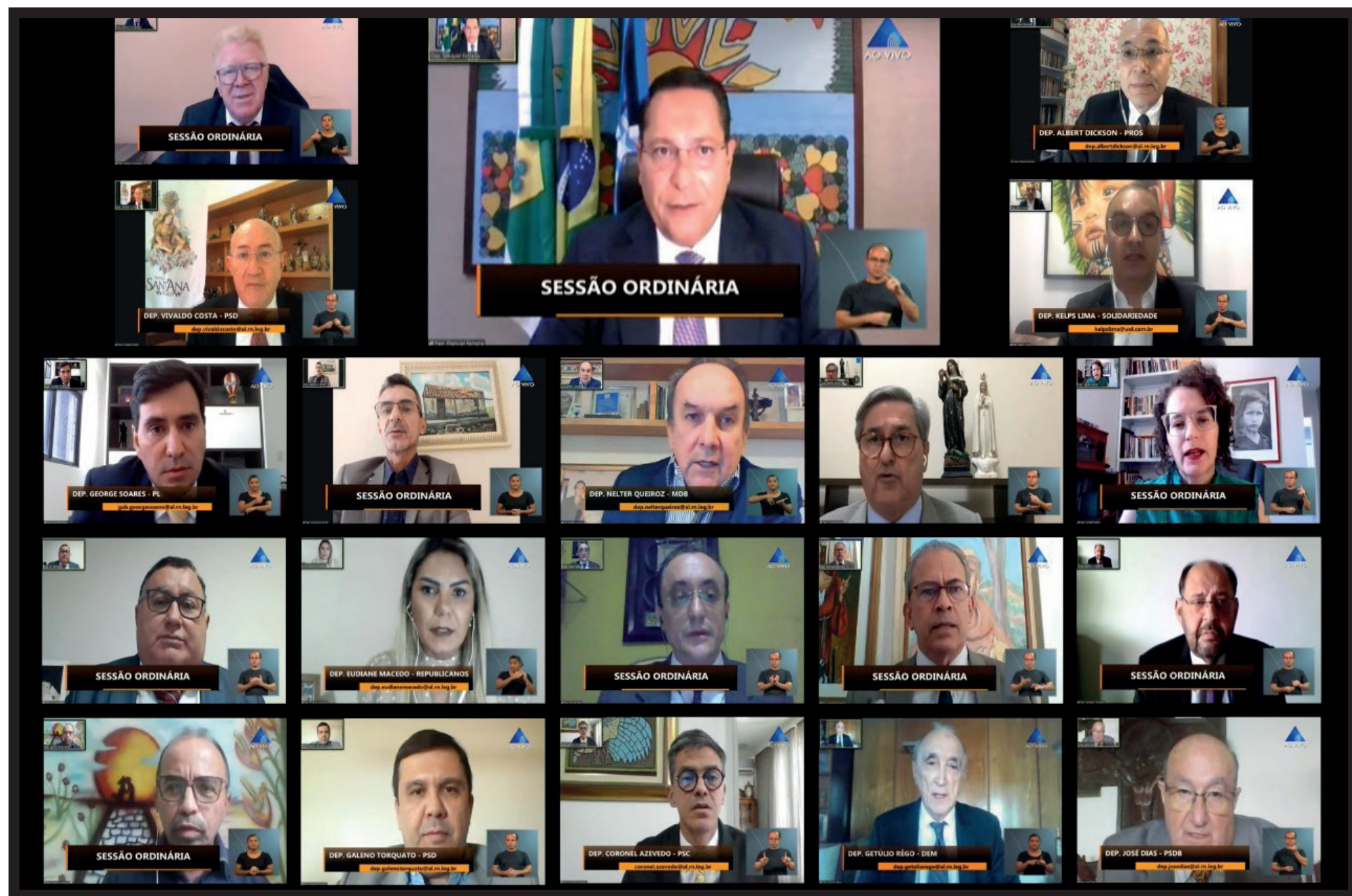


LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2020 | EDIÇÃO Nº 19 | ANO 2 | 7.500 EXEMPLARES
Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte



ASSEMBLEIA DISCUTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MUDANÇAS À VISTA. 2 | Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 02/2020, da reforma da Previdência Estadual, foi entregue pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em fevereiro e, desde então, tem tramitado na Casa.

POR CAUSA DA PANDEMIA, PARLAMENTO SE ADAPTA ÀS NOVAS ROTINAS DE TRABALHO

RESTRIÇÃO. 8 | De forma pioneira, os deputados passaram a contar com o Sistema de Deliberação Remota. De casa, são votados matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação

DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA RESSALTA AVANÇOS DO TRABALHO REMOTO

TELETRABALHO. 10 | A experiência apresenta bons números. Desde o início do trabalho remoto, mais de 700 novas proposições foram apresentadas, além das que já tramitavam na Casa

Reforma da Previdência é tema de debate

MUDANÇAS À VISTA | Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 02/2020, da reforma da Previdência Estadual, foi entregue pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em fevereiro e, desde então, tem tramitado na Casa

O debate e votação da reforma da previdência estadual têm sido uma das pautas mais importantes que o Legislativo tem enfrentado neste ano de 2020. O assunto está sendo acompanhado pelos cidadãos e pelos servidores públicos interessados em saber como ficará a previdência do RN daqui para frente.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 02/2020, da reforma da Previdência estadual, foi entregue pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa em fevereiro e, desde então, tem tramitado na Casa. Na última quarta (08), o presidente da ALRN, o deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), anunciou que, devido à proximidade do prazo máximo estipulado pelo texto normativo federal, a matéria deve ser votada ainda nesta semana pelo Sistema de Deliberação Remota (SDR), embora haja relutância de parte dos deputados.

Desde que anunciou a reforma, o governo vem destacando a importância de que ela seja feita. Segundo o Poder Executivo, o sistema previdenciário é deficitário por diversos motivos, entre eles o número de servidores inativos ser superior aos ativos. Para se ter uma ideia, a prestação de contas de 2019 enviada pelo governo ao Tribunal de Contas Estadual, continha a informação de que a receita previdenciária foi de R\$ 1,893 bilhão, mas a despesa com aposentados e pensionistas alcançou R\$ 4,881 bilhões, com um déficit, portanto, de R\$ 2,988 bilhões.

A matéria altera questões rela-

cionadas à idade mínima de aposentadoria, tempo de serviço e alíquotas de contribuição. As alíquotas foram, inclusive, bastante debatidas com os sindicatos e associações de servidores públicos estaduais. Atualmente, a alíquota é de 11% para todos os servidores, independente da faixa salarial, mas o governo propôs inicialmente um aumento da alíquota máxima para 18,5%, e os sindicatos, por sua vez, propuseram o máximo de 14%. Ao final, ficou acordado que a alíquota seria entre 12 e 16%, com um escalonamento de acordo com a faixa salarial do servidor. A reforma não atinge o sistema de aposentadoria dos militares estaduais.

Sobre a idade mínima, as condições gerais de aposentadorias têm previsão de idade mínima 65 anos de idade para homens e 60 para mulheres, porém, com tempo mínimo de 25 anos de contribuição, seguindo a PEF federal. O texto ainda conta com exceções para professores, policiais civis, penais e agentes socioeducativos, além de servidores que trabalham expostos a fatores químicos, físicos e biológicos que causem risco à saúde.

A PEC também cria um abono de permanência para o servidor se manter mais tempo na ativa. De acordo com o texto, o servidor que cumprir as exigências para se aposentar voluntariamente, mas optar por permanecer em atividade, vai receber um valor equivalente à sua contribuição previdenciária até completar 75 anos, quando terá que se aposentar compulsoriamente.



TRAMITAÇÃO DA PEC NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Por isso, tão logo a PEC da previdência chegou à Assembleia Legislativa, uma comissão foi formada, composta pelos parlamentares, Albert Dickson (Pros), Bernardo Amorim (Avante), George Soares (PL), Raimundo Fernandes

(PSDB) e Souza Neto (PSB). Líder do governo, George Soares (PL) foi eleito presidente e a relatoria ficou com Raimundo Fernandes (PSDB).

Os deputados estaduais da ALRN apresentaram 13 propostas de emendas ao texto original do

Poder Executivo, sendo elas de autoria dos deputados Gustavo Carvalho (PSDB), Cristiane Dantas (Solidariedade), Tomba Farias (PSDB), George Soares (PL), Hermano Morais (PSB), Albert Dickson (PROS) e subscritas por outros



parlamentares.

Com quatro emendas encartadas ao projeto original pelo relator da matéria, deputado Raimundo Fernandes (PSDB), em reunião realizada no 1º dia de julho de 2020 pelo Sistema de Deliberação Remota (SDR), a Comissão Especial da Reforma da Previdência Social do Estado, que discutiu a PEC e avaliou

as sugestões de emendas, aprovou o relatório a ser encaminhado à votação final no plenário. Além do que foi aprovado no relatório, duas outras emendas dos deputados Albert Dickson (Pros) e Dr. Bernardo (Avante) vão ser levadas ao plenário como destaque.

A escolha pela votação por Sistema de Deliberação Remota

(SDR) não tem sido bem aceita por parte dos parlamentares. Pelo menos 10 deles manifestaram desinteresse em colocar a matéria em votação nas condições estipuladas pela Mesa Diretora, preferindo a sessão plenária presencial que, momentaneamente, está suspensa por razão da pandemia da covid-19. Entretanto, ficou decidido

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Deputados rejeitam proposta de adiar PEC

Com 13 votos contra e 11 a favor, os deputados rejeitaram o requerimento do deputado Kelps Lima (SDD) que solicitava o adiamento da votação da PEC da reforma da Previdência dos servidores do RN. O requerimento condicionava sua votação ao retorno dos trabalhos legislativos presenciais. A PEC será votada em dois turnos.

Os deputados que votaram contra o requerimento de Kelps argumentaram sobre o prazo estipulado pelo governo federal, até 31 de julho, sob pena, para o governo do RN e dos outros Estados federativos que não fizeram sua reforma, de terem suspensos convênios e transferência de recursos.

Na discussão da matéria, o autor do requerimento, deputado Kelps Lima, afirmou que gostaria de saber qual seria a postura da então sindicalista e atual governadora, Fátima Bezerra, diante de uma votação como esta. “Qual seria a mobilização para votar um requerimento, do projeto dos mais importantes para o servidor, longe do servidor?”, questionou Kelps. O parlamentar afirmou que o governo poderia ter tentado adiar o prazo da reforma junto ao governo federal.

Além do prazo estabelecido pelo governo federal, prestes a vencer, os parlamentares que se manifestaram contra o adiamento da votação da reforma da previdência no RN também externaram a sua preocupação com o déficit previdenciário. O fundo previdenciário do RN passou por sucessivos saques em governos anteriores, sem reposição dos recursos, gerando um déficit mensal de cerca de R\$ 140 milhões. Os argumentos a favor da matéria ser em votação remota foram externados por Isolda Dantas (PT), do líder governista George Soares (PL), Francisco do PT, Eudiane Macedo (Republicanos), Souza (PSB), Vivaldo Costa (PSD), Hermano Moraes (PSB), Dr. Bernardo (Avante) e Ubaldo Fernandes (PL).

“Tivemos Comissões abertas, o sistema de reuniões remotas e discussões. Por que os deputados contra a votação não convocaram os sindicatos a participar? Onde estão suas propostas?”, questionou George Soares. O parlamentar explicou que a perda do prazo geraria um prejuízo na transferência de convênios, somente no período de janeiro a junho deste ano, de R\$ 135 milhões ao RN. O deputado afirmou que

“

Qual seria a mobilização para votar um requerimento, do projeto dos mais importantes para o servidor, longe do servidor?”

KELPS LIMA
DEPUTADO ESTADUAL

votações importantes para o País aconteceram de forma remota: “O Congresso Nacional votou o adiamento da eleição municipal, algo que envolve cinco mil prefeitos e vices, além de milhares de vereadores, da forma remota, numa votação remota, não foi presencial. Também votou o orçamento de guerra para o combate ao coronavírus”, disse.

Os deputados que concordaram com o proposto no requerimento do colega Kelps Lima defenderam a votação presencial para que a discussão da matéria pudesse contar com a participação dos servidores, ampliando os debates. Foi o caso dos deputados José Dias (PSDB), Nelter Queiroz (MDB), Allyson Bezerra (SDD), Gustavo Carvalho (PSDB), Coronel Azevedo (PSC), Galeno Torquato (PSD), Sandro Pimentel (PSOL), Gustavo Carvalho (PSDB), Getúlio Rêgo (DEM) e Tomba Farias (PSDB).

O deputado Getúlio Rêgo, que vem defendendo a votação da reforma no sistema presencial, afirmou: “Essa reforma foi um biombo para esconder Fátima Bezerra da sua tradicional luta sindicalista”. Também contrário à votação remota, Gustavo Carvalho disse que o debate merecia ser ampliado e que se trata de grande incoerência por parte da governadora, que liderou lutas sindicais. “Defendo que na votação presencial o debate seja feito de forma educada e democrática”, disse.

Comissões: Atividades contribuem para aprovação de leis

RELEVÂNCIA | Quase todos os projetos de lei devem passar por pelo menos uma comissão, cuja competência está relacionada ao mérito da propositura. Ao todo, a Assembleia possui oito comissões permanentes

As atividades legislativas tiveram que se adaptar ao período de pandemia para intensificar as ações de tratamento e combate ao coronavírus. Apenas neste primeiro semestre, a Assembleia Legislativa do RN apreciou 169 processos.

O número relevante de matérias debatidas e aprovadas são devido à atuação das Comissões Temáticas Permanentes da ALRN, que são compostas por grupos de deputados da Casa que analisam técnica e legalmente quase todas as proposições apresentadas não só pelos próprios parlamentares, mas também pelo Executivo, Judiciário, TCE e até mesmo por populares, para identificar se estão em condições necessárias para se tornarem leis.

De acordo com o procurador da Assembleia, Washington Fontes, as comissões têm cumprido seu papel de combate ao coronavírus. Para ele, o total de demandas é preocupante, apesar de ser um fator que expõe o trabalho efetuado na casa, pois demonstra a proporção da dificuldade enfrentada. “Só no teor da pandemia, 38 processos já foram apreciados pela ALRN. Todos eles repercutindo situações para a melhoria do combate no estado. O número não só revela o trabalho feito, mas também é para se preocupar, mostra o momento que vivemos”, contou.

Quase todos os projetos de lei devem passar por pelo menos uma comissão, cuja competência está relacionada ao mérito da propositura. Algumas vezes, um projeto está relacionado a mais de uma temática. No total, ele pode ter seu mérito avaliado por no máximo três comissões diferentes. Ao todo, a Assem-

bleia possui 8 comissões permanentes.

Segundo Washington, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) é a que mais tem trabalhado durante a pandemia. Presidida pelo deputado Kleber Rodrigues (PL), a comissão tem a missão de analisar os aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e técnicos para efeito de admissibilidade e tramitação. Se a CCJ decidir que o projeto não tem condições de se tornar uma lei, a tramitação não tem continuidade.

De acordo com o Regimento Interno da Casa, é obrigatória a avaliação de todo projeto que chega ou surge no próprio Legislativo pela Comissão.

A Comissão de Administração, Serviços Públicos e Trabalho vem logo em seguida, de acordo com o procurador da Casa. Para a seguridade do setor administrativo e proteção de direitos, a atuação desta comissão é indispensável na apreciação de processos da pandemia.

A CASPT é presidida pelo deputado Ubaldo Fernandes (PL) e é responsável pelo exame de proposições no campo de política salarial no serviço público; organização político-administrativa e reforma administrativa; regime jurídico único dos servidores públicos; tarifas e preços públicos; relações de trabalho e sistema estadual de emprego. O trabalho da Comissão de Saúde também não tem sido fácil. O período que exige maiores cuidados com o setor tem feito com que a comissão se mantenha atuante durante a pandemia. Com o deputado Galeno Torquato (PSD) na presidência, a Comissão possui, dentre outras competências regimentais, a função de regular o uso de defensivos agrotóxicos, além do Sistema Único de

Saúde, cuidados de higiene, educação e assistência sanitária.

A Comissão de Saúde é direcionada também à assistência aos portadores de necessidades especiais, proteção à maternidade e à infância e questões relativas ao saneamento e resíduos urbanos.

Apenas a Comissão de Minas e Energia não tem obtido grande número de demandas. Washington também informou que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania irá ser instalada no próximo dia 15. Esta comissão tem a função principal de receber, avaliar e investigar denúncias relativas a ameaças ou violações de direitos humanos; fiscalizar e acompanhar programas governamentais voltados para a proteção dos direitos humanos; e pesquisar sobre a situação dos direitos humanos no Estado.

As demais comissões são de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Interior; Finanças e Fiscalização e Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social. O procurador relembra que todas estão cumprindo suas atribuições. As matérias seguem apreciadas e trabalhadas para melhorias não só no combate à Covid, mas em todos setores.

Os grupos temáticos evidenciam o seu papel fundamental para o processo legislativo, pois neles são apresentados e estudados todos os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniências de um projeto, assegurando ampla discussão e permitindo liberdade para expressão das opiniões e formação do consenso que, emitido sob a forma de parecer da comissão, irá orientar o Plenário na apreciação.



Sessão Remota - SDR - 09/07/2020



Sessão Remota - SDR - 07/07/2020





Sessão Remota - SDR - 08/07/2020



Sessão Remota - SDR - 08/07/2020



Sessão Remota - SDR - 07/07/2020



Sessão Remota - SDR - 06/07/2020



Sessão Remota - SDR - 02/07/2020



Sessão Remota - SDR - 02/07/2020



AL doa mais de 140 mil litros de álcool 70% para cidades do RN

ENFRENTAMENTO | Também foram entregues 25 mil unidades de máscaras cirúrgicas. O material foi distribuído nos principais hospitais referenciados para o combate à Covid-19

Desde a chegada do novo coronavírus pelo mundo, especialistas tem destacado a necessidade e a importância do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais da saúde, que por estarem na linha de frente no combate a pandemia, estão expostos diretamente ao risco. No Rio Grande do Norte, as dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais, a burocracia e a alta procura por esses produtos são obstáculos reais na luta contra a Covid-19. Pensando em encurtar esse caminho a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, além das várias ações legislativas e fiscalizatórias, adquiriu 141 mil litros de álcool líquido 70% e 25 mil unidades de máscaras cirúrgicas que foram entregues nos principais hospitais referenciados para a Covid-19, beneficiando a população e os profissionais da saúde de todas as regiões do Estado.

A ação do Legislativo Estadual é uma das contribuições no enfrentamento à pandemia no Rio Grande do Norte pela rede pública estadual de Saúde e Segurança. São desafios que os profissionais das pastas vêm enfrentando - além de lutar pela saúde e pela vida.

Em todas as unidades de saúde, as doações foram celebradas, principalmente pelos profissionais de saúde. Em alguns, como no Hospital Sara Kubitschek, em Areia Branca, e no Hospital Regional Dr. Deoclécio Marques de Lucena (HRDML), em Parnamirim, o estoque de álcool estava zerado. “O nosso estoque de álcool 70% estava zerado e estávamos com dificuldade de comprar devido a burocracia. Sem dúvidas uma grande contribuição que a Assembleia Legislativa traz para a população e os para os profissionais de saúde de Parnamirim”, comemorou Maria José de Pontes, diretora do Hospital Regional Deoclécio Marques, em Parnamirim.

O mesmo sentimento compartilhado pela enfermeira e diretora do Hospital Regional Josefa Alves Godeiro, de João Câmara.

“Com essa doação, a Assembleia Legislativa demonstra cuidado com os profissionais de saúde e se soma aos esforços de todos nessa luta contra o novo coronavírus”, ressaltou Layane Graziela.

Para a Diretoria-Geral e Administrativa da Assembleia Legislativa, Dulcinea Brandão, através do setor de compras, a qualidade dos produtos foi algo preponderante. “Prezamos pelo melhor resultado na equação custo/benefício dos materiais e licitude de todo o processo que contou com a transparência nos atos de contratação. Mesmo com todo o tempo de espera, acreditamos que o material chegou em um momento crucial e, agora entregue aos hospitais, salvará vidas de milhares de potiguares, diminuindo a contaminação do coronavírus tanto para os servidores da saúde e segurança, quanto para a população no Rio Grande do Norte”, comentou.

Além dos hospitais referenciados para o tratamento da Covid-19 em todo o Estado, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte estendeu a doação aos Batalhões da Polícia Militar; as delegacias; unidades do Corpo de Bombeiros e também será usado pelos policiais que atuam ostensivamente no combate ao crime.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, essa é a maior doação - em quantidade - já recebida de uma única vez pelo Sistema de Segurança Pública no Rio Grande do Norte neste período da pandemia do novo coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte também garantiu doação de repasse financeiro para custeio do funcionamento de leitos de UTI do Hospital da Polícia Militar. O investimento tem valor total de R\$ 2,1 milhões.

O aporte financeiro do Poder Legislativo - feito de imediato - foi possível mediante redução de despesas e suspensão de projetos do Legislativo potiguar, em consonância com o cenário na luta pela vida.



Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como garrafas de álcool em gel 70% e máscaras, foram entregues a hospitais

DOAÇÕES

As doações da Assembleia Legislativa chegaram ao Hospital Municipal de Angicos (5 mil litros de álcool 70% e 1500 máscaras cirúrgicas); Hospital Sara Kubitschek em Areia Branca (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos em Assu (5 mil litros de álcool 70%); Hospital Regional Tarcísio Maia em Mossoró (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Dr. Mariano Coelho em Currais Novos (5 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas);

Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade em Pau dos Ferros (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Aluizio Bezerra em Santa Cruz (5 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Hélio Moraes Marinho em Apodi (8 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Municipal Ministro Paulo de Almeida Machado em Touros (5 mil litros de álcool 70% e 1500 máscaras cirúrgicas); Hospital Regional do Seridó em Caicó (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas);

Hospital Municipal Monsenhor Pedro Moura em Nova Cruz (7 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Josefa Alves Godeiro em João Câmara (8 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Dr. Deoclécio Marques de Lucena em Parnamirim (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas), além do Hospital Municipal de Campanha (10 mil litros de álcool 70%) e do Hospital Giselda Trigueiro (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas), ambos em Natal.

Secretário de Saúde presta contas em sessão especial

ESCLARECIMENTOS | Cipriano Maia explanou o plano de contingência, elaborado pelo Governo do Estado, para enfrentamento da propagação do coronavírus

O secretário de Saúde do Rio Grande do Norte, Cipriano Maia, prestou contas e fez esclarecimentos sobre as ações da pasta durante o período de pandemia, em uma sessão especial da Assembleia Legislativa do RN (ALRN). A sessão, coordenada pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), aconteceu de forma remota, no dia 2 de julho.

Cipriano Maia explanou o plano de contingência, elaborado pelo Governo do Estado, para enfrentamento da propagação do coronavírus. De acordo com o titular da Saúde, as dificuldades no mercado para a compra e recebimento de ventiladores pulmonares atrapalharam o planejamento traçado pela pasta.

“Para a chegada dos ventiladores teve quase uma operação de guerra, com rota alternativa. Foi neste contexto que se coloca em discussão essa aquisição, não só dos ventiladores, como de monitor, até implementos básicos de UTI. Nosso cenário em março era de disputa pela compra de equipamentos. A demanda por ventiladores, tornou-se um leilão, não só nacional, como mundial”, explicou.

A sessão especial foi convocada para que o secretário pudesse esclarecer mais precisamente a compra, por intermédio do Consórcio Nordeste, de respiradores que não foram entregues, em abril deste ano.

Segundo Cipriano, as aquisições foram respaldadas pela Lei 13.979, que decreta emergência no sistema de Saúde para ações de combate ao coronavírus. Além disto, o secretário alegou o uso da Medida Provisória 926, que dispensa licitações para ações de combate à Covid-19.

De acordo com o titular da Sesap, a alta demanda pela compra de ventiladores transformou o mercado em um



A sessão especial foi convocada para que o secretário pudesse esclarecer mais precisamente a compra, por intermédio do Consórcio Nordeste, de respiradores que não foram entregues ao RN

“leilão” e isto não deu muito tempo para que o Estado analisasse a circunstância da compra via Consórcio.

“Foi neste contexto que a busca desenfreada por respiradores, teve a oferta do consórcio Nordeste, para que se tivesse uma aquisição coletiva dos nove estados, de 300 ventiladores e o RN teria 30. Sabíamos que era pouco, mas na busca pelo possível, era o que tínhamos no momento. Nas compras, era exigido o pagamento antecipado. Tínhamos prazo de 48h, correndo risco de perder. O Consórcio exigiu o repasse, para que a compra fosse concretizada. Ela foi feita no dia 7 de abril. Dia 8 foi feita a transferência. No entanto, como os senhores têm conhecimento, o processo foi fracassado. A empresa não cumpriu a regra. O esta-

do responsável respondeu à empresa e eles alegaram dificuldades na entrega. O que nós vemos é fomos vítimas de uma empresa que não honrou seus compromissos”, contou.

Conforme apresentado por Cipriano Maia durante a sessão, a Saúde teve mais de R\$ 200 milhões em receitas repassadas pelos ministérios da Saúde e da Economia. O secretário afirmou que o valor ainda é inferior à despesa que foi projetada pela pasta para o fortalecimento nas ações.

“As receitas nós tivemos são equivalentes a R\$ 208,7 milhões, entre todos os recursos repassados da Saúde ou da Economia. Este recurso não chega perto da despesa projetada, que é de R\$ 270 milhões. Já tivemos R\$ 115, 3 milhões empenhados e R\$

35 milhões pré-empenhados. Isto são leitos, compras de EPI, contratação de pessoal, compra de material hospitalar”, relatou.

Participaram da sessão os deputados Sandro Pimentel (PSOL), Coronel Azevedo (PSC), Ubaldo Fernandes (PL), Vivaldo Costa (PSD), Gustavo Carvalho (PSDB), Hermano Moraes (PSB), Cristiane Dantas (Solidariedade), Kelps Lima (Solidariedade), Tomba Farias (PSDB), Francisco do PT, Bernardo Amorim (Avante), Getúlio Rêgo (DEM), Isolda Dantas (PT), José Dias (PSDB), Kleber Rodrigues (PL), George Soares (PL). Os parlamentares puderam tirar suas dúvidas com o secretário de Saúde, no intuito de esclarecer as questões mais pertinentes sobre a compra dos respiradores e outras

situações da pasta no enfrentamento ao Covid.

Esteve presente, também remotamente, o procurador-geral do RN, Luiz Antônio Marinho, que fortaleceu as declarações do secretário, no tocante ao tempo exigido para poder tomar decisões, diante do mercado difícil para a compra de ventiladores pulmonares.

“Neste cenário de guerra, em que todos precisam de decisões relâmpago, foi feita esta compra pelo Consórcio. Já ingressamos na ação civil que a Bahia tomou contra a empresa. Já pedimos para nos habilitar na ação. Abriremos um processo contra a empresa, esperando o seguimento do processo para podermos receber de volta o valor para o RN”, concluiu.

Parlamento se adapta às novas rotinas de trabalho

MEDIDAS RESTRITIVAS | De forma pioneira, os deputados passaram a contar com o Sistema de Deliberação Remota. A ferramenta permite, mesmo a distância, a votação das matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação

Desde que surgiu a pandemia do coronavírus no Rio Grande do Norte e, também, em razão do aumento dos números da Covid-19 no estado, a Assembleia Legislativa suspendeu as atividades da Casa e adotou uma série de medidas administrativas restritivas, pela proteção da saúde das pessoas que frequentavam o local, servidores e população em geral, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e demais autoridades sanitárias e de saúde para a prevenção da pandemia.

De forma pioneira, os deputados passaram a contar com o Sistema de Deliberação Remota. A ferramenta permite, de casa, a votação das matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação.

Da mesma forma, os diversos setores que compõem o Poder Legislativo do RN precisaram adaptar as rotinas de trabalho, reinventando formas de cumprir as atividades inerentes a eles, mas diminuindo ao máximo os riscos de contaminação pelo vírus. Quase quatro meses depois da primeira suspensão das atividades presenciais, muita coisa mudou na Casa Legislativa e a voz dos coordenadores e diretores da Casa é uníssona no sentido de que, apesar da causa, as mudanças implantadas foram positivas e devem modernizar a dinâmica de trabalho no legislativo potiguar.

A Diretoria Legislativa foi uma das que mais precisou de adaptação. Com o início dos trabalhos remotos na ALRN, o setor continuou desempenhando as tarefas, mas precisou de mudanças. Com a ajuda da Diretoria de Gestão Tecnológica, foi possível a realização de novas ações contribu-



Palácio José Augusto, sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em Natal

tivas à evolução do E-legis, sistema eletrônico que gerencia a atividade legislativa de forma digital, por exemplo. Outras mudanças, conforme apontou a diretora legislativa, Tatiana Mendes Cunha, foram: a redução de pessoal na sede (aproximadamente em 95%); a execução das atividades em formato domiciliar ("home office") por parte dos servidores; a inovação na remessa de expedientes aos Entes, Poderes e Órgãos da Administração Pública; e adaptação das informações via e-mail institucional, de modo mais célere.

Embora se tratasse de um período totalmente atípico, a Diretoria Legislativa se aperfeiçoou para que as deliberações encontrassem o apoio logístico indispensável ao andamento das funções legislativa e fiscalizatória do Parlamento Potiguar. Neste caso, alguns servidores foram reposicionados para atender o elevado número de documentos que exigiam elaboração e a consequente remessa aos interessados.

"Hoje, o mundo digital é uma realidade, e a Assembleia Legislativa do RN, portanto, está acompanhando essa evolução e se modernizando, com apoio da Mesa Diretora, na pessoa do presidente Ezequiel Ferreira. Podemos considerar esses avanços como um marco na gestão do processo legislativo do nosso Estado", destacou a diretora legislativa.

A Coordenadoria de Gestão de Pes-

soas também precisou de ajustes no sistema para garantir a continuidade das atividades. De acordo com o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez, desde o início da suspensão das atividades presenciais, o setor organizou um regime de home office alternado com o trabalho presencial, já que não havia aporte tecnológico suficiente para todos trabalharem virtualmente. "Divulgamos o WhatsApp da Gestão de Pessoas, para que os servidores pudessem estar em contato conosco e resolver as demandas deles, como tirar dúvidas sobre situação funcional, prestação de contas do auxílio saúde. Também fizemos duas cartilhas, uma delas sobre o covid-19 e a saúde mental e a outra sobre prevenção a acidentes de trabalho, que adaptamos para o ambiente doméstico", contou Thyago Cortez. "Tivemos que nos reinventar, não estávamos prontos para o teletrabalho, mas avançamos e nos adaptamos", completou.

A Procuradoria-Geral, de igual modo, de acordo com o procurador geral, Sérgio Freire, tem sido um dos setores mais exigido e participativo nesse período, principalmente para regulamentar esse fator extraordinário oriundo da pandemia. "Não havia a normatização dos atos administrativos, por exemplo, e tivemos que nos adaptar. Paralelo a isso, não paramos. Cerca de 80% da Procuradoria está funcionando e os servidores estão comparando de forma rezeada. Tem sido um desafio, mas tivemos um resultado satisfatório", falou.

A Diretoria de Gestão Tecnológica não mudou muito a rotina de trabalho, já que tudo o que fazia internamente, passou a fazer externamente. Entretanto, o setor foi fundamental para promover as mudanças que possibilitaram o trabalho remoto em outros setores. O diretor de Gestão Tecnológica, Mario Sergio, contou que a Diretoria permitiu o acesso aos dois principais sistemas da Casa, o sistema do processo legislativo e o de recursos humanos. "Hoje, praticamente todo mundo que lida com os processos legislativos conseguem trabalhar de casa com esse sistema".

Mario Sergio também informou sobre a liberação de aplicações que

eles concretizaram, como o acesso ao acervo de vídeos legislativos, tais como as sessões ordinárias e reuniões de comissões, que estão disponíveis no site da Assembleia.

O teletrabalho, portanto, agora é uma realidade na Assembleia Legislativa e, vale dizer, o processo de implantação desse sistema foi estruturado como meta do Planejamento Estratégico desde 2015, no início da gestão do presidente Ezequiel Ferreira. Como aponta o Diretor-geral da ALRN, Augusto Carlos Viveiros, era preciso primeiro avançar com sistemas digitais que garantissem a produtividade e comprovassem a eficácia do formato de trabalho. E, de certa forma, a nova realidade ajudou no aceleramento desse processo.

"O resultado dessa rotina de trabalho que antes não havia na Assembleia Legislativa é a concretização dos novos tempos. O aprimoramento de mecanismos como o do teletrabalho torna mais eficiente a administração pública, inclusive, na produtividade, como atestam diversos outros setores públicos dos outros Poderes no estado", detalha o diretor-geral, Viveiros.

"A Assembleia não parou um dia sequer e vem cumprindo deveres constitucionais e melhorando a cada dia. Demos assistência aos servidores que pegaram coronavírus e, sobretudo, aprontamos, em tempo recorde, o suporte para as sessões virtuais, o que fez com que não houvesse interrupção nos trabalhos legislativos", acrescentou.

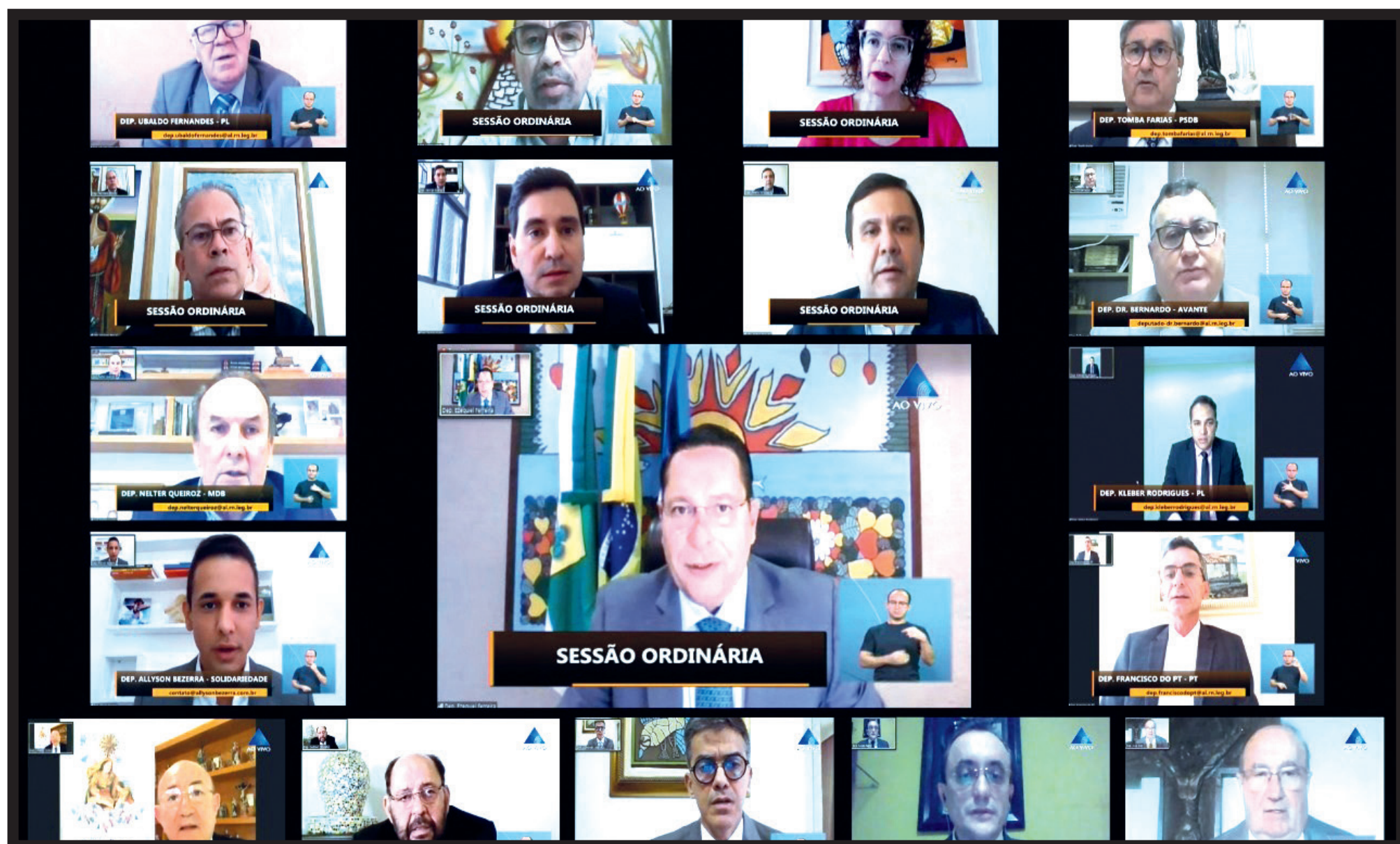
A Diretoria Administrativa e Financeira também atestou a proatividade dos servidores do legislativo estadual com o teletrabalho. "Continuamos com nossas metas e cumprimento do planejamento estratégico. As Diretorias Geral e a Administrativa instalaram diretrizes em que verificamos a possibilidade que todos os setores desenvolvessem suas funções como se todos estivessem presencialmente cumprindo suas atividades", norteou Dulcinea Brandão, diretora Administrativa e Financeira da Assembleia Legislativa, ressaltando que a atual experiência demonstrou que os servidores do Poder Legislativo mantêm-se motivados e criativos para superar os obstáculos".



Hoje, o mundo digital é uma realidade, e a Assembleia Legislativa do RN, portanto, está acompanhando essa evolução e se modernizando, com apoio da Mesa Diretora, na pessoa do presidente Ezequiel Ferreira. Podemos considerar esses avanços como um marco na gestão do processo legislativo do nosso Estado

SÉRGIO FREIRE
PROCURADOR-GERAL

Legislativo prorroga suspensão das atividades até 31 de julho



Mesmo com a continuidade da suspensão dos trabalhos de forma presencial, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte vem dando prosseguimento às suas atividades parlamentares e administrativas por videoconferência

MEDIDAS PREVENTIVAS | Mesmo com a continuidade da suspensão dos trabalhos de forma presencial, a Assembleia Legislativa vem dando prosseguimento às suas atividades parlamentares e administrativas por videoconferência

A Assembleia Legislativa prorrogou, até o dia 31 de julho, o decreto que determina a suspensão de suas atividades presenciais, tanto legislativas quanto administrativas.

“As autoridades sanitárias e de saúde afirmam que ainda não é possível a retomada das atividades presenciais em ambientes fechados. Além disso, consi-

derando o número de casos de infecção pelo novo Coronavírus no Rio Grande do Norte, resolvemos prorrogar o decreto, estendendo o teletrabalho”, justificou o presidente do Legislativo Potiguar, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

Mesmo com a continuidade da suspensão dos trabalhos de forma presencial, a Assembleia Legislativa

vem dando prosseguimento às suas atividades parlamentares e administrativas por videoconferência. Com isso, as sessões ordinárias, reuniões de lideranças e de Comissões Temáticas estão acontecendo remotamente, bem como as votações das proposições, graças ao Sistema de Deliberação Remota (SDR), aplicativo criado pela Diretoria de Ges-

tão Tecnológica.

De acordo com o novo decreto de prorrogação, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do RN seguirá avaliando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das demais autoridades sanitárias e de saúde, antes de decidir liberar as atividades presenciais na Casa.

Da mesma forma, para o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, além da Defensoria Pública e outros órgãos estaduais, a dilatação do decreto é uma realidade.

TELETRABALHO

Durante os mais de 120 dias em que está funcionando através do teletrabalho, iniciado em março, a Assembleia Legislativa do RN continuou exercendo suas funções em prol da população do Rio Grande do Norte.

Diretoria Geral da Assembleia ressalta avanços do teletrabalho

TRABALHO REMOTO | A experiência do trabalho remoto nos mais de 3 meses de atuação apresenta bons números que falam por si. Desde o início do teletrabalho - em 19 de março deste ano, quando as atividades presenciais foram suspensas - mais de 700 novas proposições foram apresentadas

O foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade é regra básica do trabalho remoto. Para o diretor-geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Augusto Carlos Viveiros, o sistema de teletrabalho desenhado desde 2015 e adotado pela Casa Legislativa em razão da pandemia do novo coronavírus tem tido resultados positivos em razão da produção satisfatória na atividade laboral. “O sistema de teletrabalho já é uma realidade no Legislativo Estadual e a aplicação durante a pandemia está aprovada por índices de produtividade no trabalho dos servidores”, comenta Viveiros.

O processo de implantação foi estruturado como meta do Planejamento Estratégico desde 2015. “No início da gestão do presidente Ezequiel Ferreira, em fevereiro de 2015 atuamos na implantação do sistema moderno de trabalho, mas precisávamos antes avançar com sistemas digitais que garantissem a produtividade e comprovassem a eficácia do formato de trabalho. Aos poucos, sempre em busca de uma gestão moderna, a Assembleia Legislativa implantou novos formatos de atuação laboral reafirmados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2017 como modelo estrutural. Na época, entendemos que ainda não tínhamos condição de supervisionar os números e que ainda não era a hora, por uma série de motivos. E hoje, três anos depois, estamos vivenciando a experiência exitosa do modelo aplicado no teletrabalho”, salientou Augusto Carlos Viveiros.

Historicamente, no serviço público brasileiro, a partir da criação do processo eletrônico judicial iniciou a modernização do trabalho permitindo o trato dos procedimentos à distância, com carga horária e índices alterados, correlacionados com eficiência. “Por isso, legislativos de todo o país adotam modelos de teletrabalho em áreas consideradas possíveis de atuação remota, sem obrigatoriedade de atividade presencial”, destaca o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez.

O avanço dos sistemas digitais e a ampliação do acompanhamento da atividade legislativa - através do processo eletrônico - atestam o bom rendimento do teletrabalho. A modalidade é uma realidade na iniciativa privada e em esferas do Poder Público. No Brasil, o teletrabalho tem desempenho comprovado no Legislativo dos estados de Mato Grosso, Espírito Santo, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Goiás, entre outros.

O teletrabalho visa aumentar a produtividade e incentivar a ampliação das atividades desempenhadas pelos servidores; além de motivar o comprometimento nas atividades laborais e contribuir para a redução do consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços. “O aprimoramento da gestão de pessoas é um dos macrodesafios desta Casa - desenhado pelo Planejamento Estratégicos desde 2015 - com novas metas e ações para os servidores”, comenta a diretora Administrativa, Dulcinéia Brandão.

Especialistas em Gestão Pública

apontam a instituição do teletrabalho como propício na administração pública com resultados diretos e indiretos durante consolidação do trabalho. “Nos gabinetes parlamentares, as atividades desenvolvidas por servidores da área jurídica, de comunicação e assessoramento parlamentar (a maioria) são virtuais, como a ingresso em requerimentos e projetos de lei na plataforma do E-legis; produção de releases e pronunciamentos listados nos relatórios de comunicação apresentados à chefia de gabinete ou chefia imediata”, argumenta o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez. Na área administrativa, setores como: Financeiro; Ouvidoria; Diretoria Legislativa, por exemplo, também se enquadram.

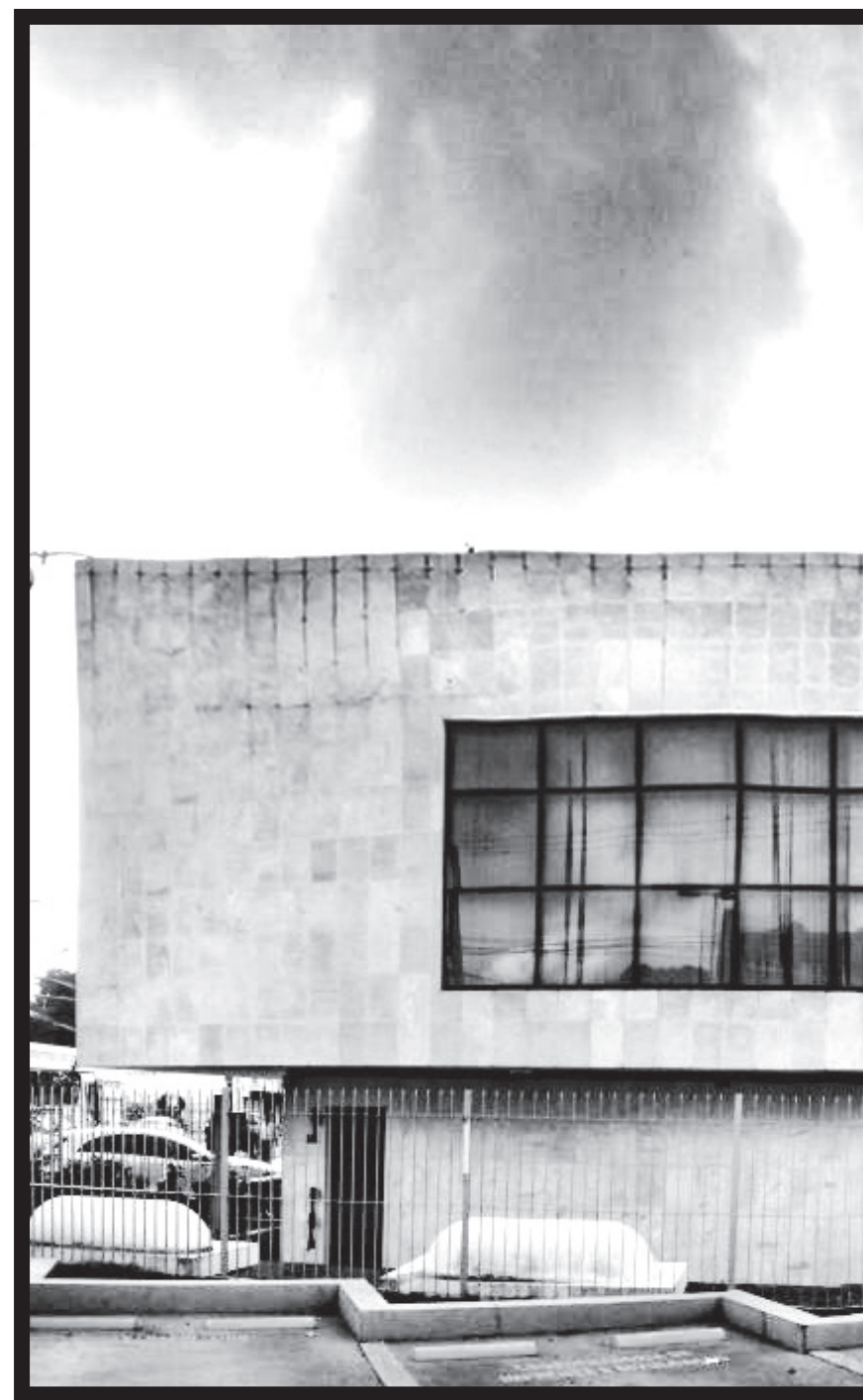
A modalidade de trabalho remoto tem fatores positivos como a economicidade; redução de gastos; incremento da produtividade e qualidade dos serviços prestados, visto que há uma maior concentração dos servidores nas tarefas laborais a ele atribuídas. Um dos exemplos exitosos são os tribunais de justiça de todo o país, que elevaram suas produções após adotarem o sistema de trabalho virtual. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Judiciário acumula mais de 4 milhões de decisões proferidas em julgamentos virtuais. “O formato do teletrabalho se enquadra no novo mundo (pós-pandemia do novo coronavírus) em que novos valores, hábitos e resultados irão ditar o novo ciclo”, argumenta o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez.

A experiência do trabalho remoto nos mais de 3 meses de atuação apresenta bons números que falam por si. Desde o início do teletrabalho - em 19 de março deste ano, quando as atividades presenciais foram suspensas - mais de 700 novas proposições foram apresentadas, além das que já tramitavam na Assembleia, com resultado de 54 proposições aprovadas, sendo 37 leis ordinárias, 3 leis complementares, 3 resoluções e 11 decretos legislativos, que decorreram do exame de 119 Decretos de Calamidade Pública dos Municípios.

De acordo com Augusto Carlos Viveiros o resultado destes 100 dias de teletrabalho é a concretização dos novos tempos. “O avanço tecnológico

faz parte do futuro, que hoje já é nosso presente. Tecnicamente, o aprimoramento de mecanismos como esse, do teletrabalho, torna mais eficiente o Poder Público, inclusive, na produtividade como atestam, há décadas, o Judiciário e Executivo em todo o País. No mundo, especialistas em Gestão Pública apontam há décadas que a otimização do trabalho e tempo na modalidade remota gera bons resultados”, detalha o diretor Geral, Viveiros. “A Assembleia não parou um dia sequer é vem cumprindo deveres constitucionais e melhorando a cada dia”, acrescentou.

Segundo Augusto Carlos Viveiros, a Assembleia Legislativa vem nos últimos cinco anos ganhando notoriedade nos modelos modernos de gestão. “O





Legislativo Estadual vem se destacando há um bom tempo na área da inovação e eficiência, que tem como carro chefe, o investimento em tecnologia. Ano passado, inclusive, a Assembleia Legislativa venceu em 1º Lugar do Brasil o prêmio Unale na Categoria Gestão, com trabalho apresentado pela equipe de Tecnologia da Informação que teve como banca julgadora uma comissão formada por representantes do Tribunal de Contas da União, Ouvidoria Geral da União, Defensoria Pública, Escola de Administração Pública e Ordem dos Advogados do Brasil”, exemplifica o gestor.

E por falar em Gestão Pública, Augusto Carlos Viveiros destaca que desde 2015, com a gestão do presidente, Ezequiel Ferreira, uma página da história do Legislativo Potiguar foi virada instaurando uma nova era, em que a transparência e a comunicação têm papel fundamental. “Além do Planejamento Estratégico com processos burocráticos formalizados em todos os setores, destacamos a atuação da Diretoria Legislativa; setor Financeiro; Procuradoria; Diretoria de Comunicação; Tecnologia da Informação; Diretoria de Relações Institucionais; Escola da Assembleia; Recursos Humanos e outros que colecionaram reconhecimentos nacionais, prêmios e pedidos de compartilhamento de conhecimento e destaques que reafirmam que estamos no caminho certo. Agradecemos o empenho de toda equipe de servidores que tem contribuído para alcançarmos índices, prêmios e títulos que são pra nós atestado de eficiência”, agradece.

Augusto Carlos Viveiros comentou ainda a prática vivenciada por ele no teletrabalho. “Tenho no teletrabalho uma rotina, sem abrir mão do cumprimento de todas as atividades. É importante destacar que precisei me adaptar ao moderno mais fortemente nos últimos anos quando implantamos meios eletrônicos no legislativo que precisam ser entendidos por todos e explicado por nós. Hoje, deixo de lado o apego aos velhos mecanismos para modernizar minha atuação no teletrabalho. Senti a mesma experiência quando anos atrás, substituí a máquina de escrever que era manual pela elétrica. Mas, assim, como as máquinas, estou evoluindo nessa área também, no mundo digital”, explica.

Teletrabalho, home office, trabalho remoto são sinônimos também atribuídos à atividade não presencial implantada nos três poderes e que tem exemplos em pastas do Executivo e de forma pioneira, também no Judiciário constatado no Tribunal Superior do Trabalho; na Procuradoria Geral Federal; no Ministério Público da União; na Secretaria da Receita Federal e ainda na Justiça Federal.

“

O sistema de teletrabalho já é uma realidade no Legislativo Estadual e a aplicação durante a pandemia está aprovada por índices de produtividade no trabalho dos servidores”

AUGUSTO CARLOS VIVEIROS
DIRETOR-GERAL DA ALRN

“

O aprimoramento da gestão de pessoas é um dos macrodesafios desta Casa - desenhado pelo Planejamento Estratégicos desde 2015 - com novas metas para os servidores”

DULCINEA BRANDÃO
DIRETORA ADMINISTRATIVA

“

O formato do teletrabalho se enquadra no novo mundo (pós-pandemia do novo coronavírus) em que novos valores, hábitos e resultados irão ditar o novo ciclo”

THYAGO CORTEZ
COORD. DE GESTÃO DE PESSOAS

Relatório de Gestão 2019 mobiliza Grupo de Trabalho em home office

NOVA REALIDADE | Servidores do grupo estão atuando na modalidade teletrabalho e periodicamente reúnem-se por meio de videoconferências

A pandemia provocada pelo coronavírus mudou o formato das atividades laborais em todo o mundo, no Brasil e também no RN. Em regime de home office desde a suspensão das atividades presenciais, os servidores do Legislativo Estadual seguiram o curso do trabalho com auxílio de ferramentas tecnológicas mantendo a produtividade das atividades legislativas.

“Ainda que o atual momento vivenciado implique no distanciamento social, em virtude da pandemia da Covid-19, este fato não resulta na interrupção das atividades administrativas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, enfatiza Dulcinea Brandão, diretora administrativa e financeira da Assembleia Legislativa.

Um bom exemplo, salienta a diretora, é o Grupo de Trabalho, instituído pela portaria nº 47/2020 da Diretoria Administrativa e Financeira, que continua realizando suas atividades objetivando entregar o Relatório de Gestão da Casa Legislativa (exercício de 2019). De acordo com ela, o relatório irá destacar as principais ações com ênfase para a efetividade do que foi planejado anteriormente e executado e deve ser finalizado até o final do mês de junho.

Os servidores do grupo estão atuando na modalidade teletrabalho e periodicamente reúnem-se por meio de videoconferências. Foi o que aconteceu no último dia 25, quando virtualmente



Assim, estaremos disseminando a cultura da estratégia, estabelecendo processos claros, de fácil acesso para as tomadas de decisões dos gestores e lastreadas em dados validados nos relatórios de gestão”

LUCIANA CARDOSO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

alinharam pontos específicos sobre a construção do relatório.

“Isso tornou-se necessário não somente pelo distanciamento social, mas porque o grupo desenvolve três atividades: a coleta de relatórios de gestão das unidades; a análise dos relatórios coletados e a elaboração do relatório final, a partir dos relatórios coletados e analisados”, explica Luciana Cardoso, coordenadora de planejamento da Assembleia Legislativa do RN.

Assim como o Planejamento Estratégico e os Indicadores de Gestão, por ser ferramenta de transparência e prestação de contas, o Relatório de Gestão será publicado e amplamente divulgado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.





METAS DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2023

Em videoconferência, a diretoria-geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, reuniu todos os setores do legislativo e deu andamento aos trabalhos de monitoramento e execução da estratégia; além de deliberar pela criação do Comitê de Governança, Comitê de Gestão/Executivo e Comitê Orçamentário e Financeiro do Plano Estratégico denominado “Horizonte 2023”.

“Desde 2015 que o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira, pautou sua gestão em torno do Planejamento Estratégico. O resultado é que este trabalho obteve, com o passar dos anos, alcance nacional. O Legislativo Potiguar é o atual vencedor do prêmio nacional da Unale na categoria Gestão, que destaca iniciativas modernas que são modelo na Gestão Pública de parlamentos em todo o país”, enfatizou Augusto Carlos Viveiros, diretor-geral da Assembleia Legislativa, citando ainda que a gestão despertou o interesse de outros legislativos, como foi o caso da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), e das Casas Legislativas da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso.

Para a diretora Administrativa e Financeira, Dulcinea Brandão, cada gestor nas suas unidades será uma luz para fazer o melhor para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. A boa imagem da ALRN nacionalmente vem sendo conquistada com reconhecimentos nacionais também direcionados as atividades da Escola da Assembleia; projetos da Procuradoria Geral; diretoria Legislativa; diretoria de Comunicação, que tem nos projetos de inclusão campanhas institucionais premiadas, transparência e gestão com DNA Potiguar.

A Comissão de Elaboração e Acompanhamento do Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, presidida por Luciana Cardoso, vem dando o suporte aos setores para a construção das Reuniões de Análise Estratégica (RAEs), visando a implantação da Governança que vem complementar o processo de gestão. “Além de direcionar, monitorar e avaliar sua atuação através do acompanhamento da execução da estratégia com informações ágeis e precisas teremos melhor qualidade na tomada de decisão, no gerenciamento da execução e maior capacidade de reposta”, detalhou.

“Assim, estaremos disseminando a cultura da estratégia, estabelecendo processos claros, de fácil acesso para as tomadas de decisões dos gestores e lastreadas em dados validados nos relatórios de gestão”, explicou Luciana Cardoso, reforçando que este trabalho requer a continuidade da integração e envolvimento de todos que compõem esta Assembleia Legislativa.

HORIZONTE 2023

Com a denominação de “Horizonte 2023 da ALRN”, o plano estratégico contempla a definição da visão de futuro até 2023 e dos macrodesafios (objetivos estratégicos) que nortearão as ações da Assembleia Legislativa no próximo quadriênio.

O plano elaborado teve como base o levantamento dos cenários interno e externo e definição dos principais problemas identificados ao longo da elaboração do documento, com metas para serem alcançadas nos próximos quatro anos. Compõem o documento 68 iniciativas estratégicas, 28 indicadores e metas, 18 iniciativas específicas e 1 Projeto Institucional.

Ferramenta da AL disponibiliza ao público vídeos da produção legislativa

LEGIS VÍDEOS | Desenvolvido pela equipe de TI da Casa, ferramenta vai disponibilizar vídeos de sessões, audiências, pronunciamentos e demais atividades do Parlamento

A população do Rio Grande do Norte ganhou mais uma ferramenta para acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa. Está no ar o “Legis Vídeos”, desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação da Casa e que disponibilizará todos os vídeos de sessões, audiências, pronunciamentos e demais atividades realizadas no Parlamento. O foco é dar ainda mais transparência ao trabalho desenvolvido pelos deputados estaduais.

“A administração pública voltada para o cidadão é caracterizada pela busca constante de ferramentas de excelência com o objetivo de ampliar a proximidade com a população. Na Assembleia, essa nova ferramenta vai ajudar o Parlamento a prestar contas com o povo sobre o seu trabalho, viabilizando, de forma simples e rápida, o acompanhamento por parte da população das atividades do Legislativo”, explicou o presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

O Legis Vídeo é um acesso digital que armazena e disponibiliza todas as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, frentes parlamentares e reuniões de comissões. A ferramenta também conta com um recurso de edição, que permite ao internauta separar e fazer o download somente do trecho que tiver interesse.

“



A administração pública voltada para o cidadão é caracterizada pela busca constante de ferramentas de excelência com o objetivo de ampliar a proximidade com a população. Na Assembleia, essa nova ferramenta vai ajudar o Parlamento a prestar contas com o povo sobre o seu trabalho, viabilizando, de forma simples e rápida, o acompanhamento por parte da população das atividades do Legislativo”

EZEQUIEL FERREIRA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

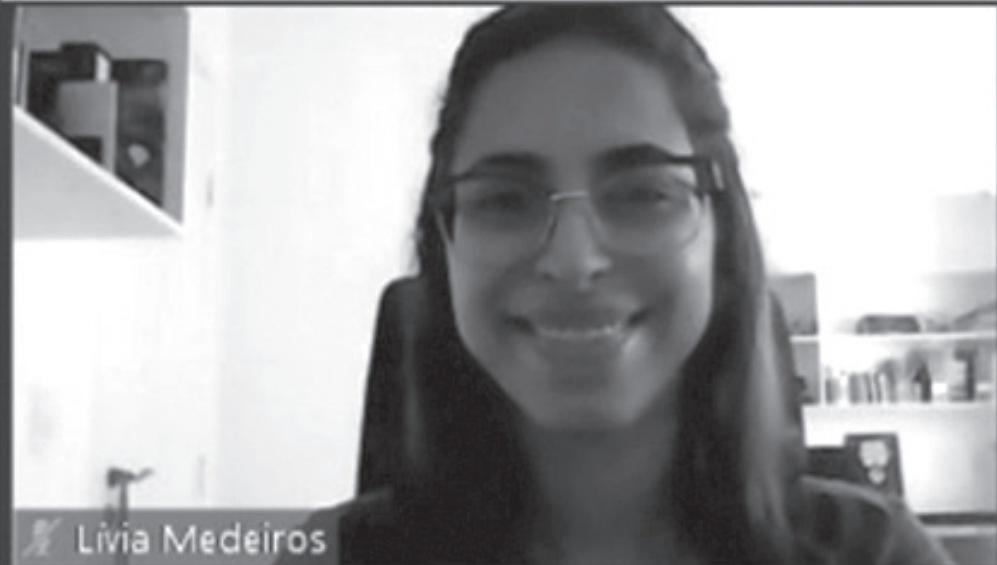
Além disso, a busca também é facilitada e intuitiva, sendo de fácil acesso a qualquer usuário.

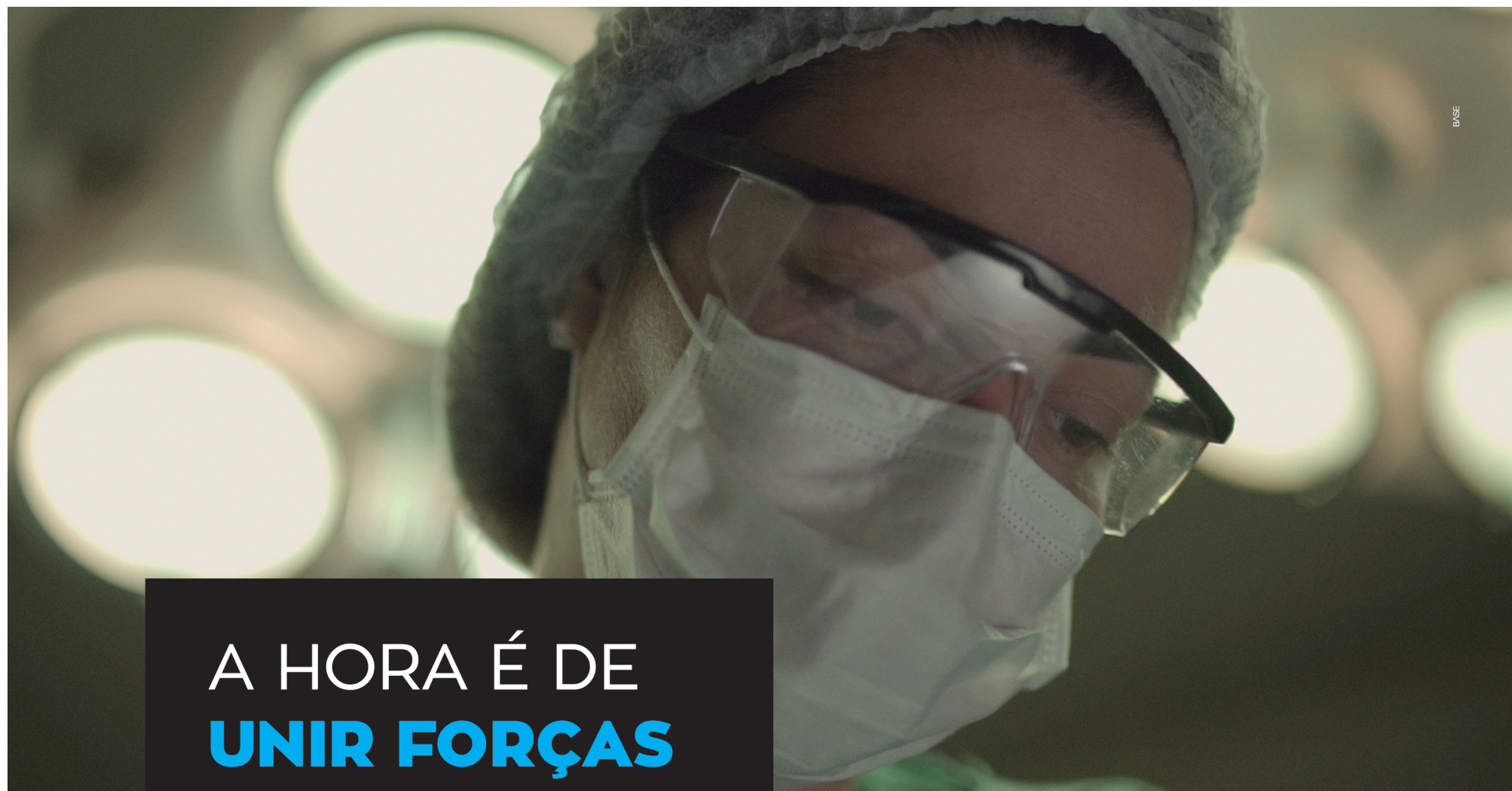
De acordo com o diretor de Gestão Tecnológica da Assembleia, Mário Sérgio Gurgel, no primeiro momento serão liberados todos os vídeos referentes às sessões ordinárias e de todas as comissões do período de pandemia, realizados de forma remota. Em um segundo momento, a expectativa é disponibilizar não apenas o acervo das sessões remotas, mas todo o acervo legislativo anterior, dos últimos dois anos. Ele afirma que os vídeos serão disponibilizados em até 24 horas após a sessão.

“Outras casas legislativas já se interessaram em receber o sistema sob forma de cessão. Você pode pausar, recortar e distribuir para as mídias sociais. O próprio sistema já se encarrega de cortar e enviar para onde o usuário tiver interesse. Acreditamos que seja de um interesse imenso, principalmente nessa época de pandemia, em que os deputados estão trabalhando bastante, mesmo que de forma remota”, explicou Mário Sérgio.

Para utilizar a ferramenta, basta o internauta acessar o site oficial da Assembleia Legislativa (www.al.rn.gov.br) e clicar no ícone disponibilizado para direcionar ao Legis Vídeo.







A HORA É DE **UNIR FORÇAS** E CUIDAR DE **QUEM PRECISA**

No combate ao novo coronavírus, a Assembleia Legislativa do RN destina **R\$ 2 milhões** para implantação de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar e para a compra de equipamentos de proteção individual para servidores da saúde, segurança e a população atendida nos hospitais regionais, referenciados para a COVID-19. São recursos próprios, de cortes nas despesas e projetos.

Acesse al.rn.leg.br e siga @assembleiarn    



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa